

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Juliana dos Santos Gomes

A Geografia no espaço escolar indígena: relato de experiência em
uma aldeia no município de Viamão-RS

Porto Alegre

2020

Juliana dos Santos Gomes

A Geografia no espaço escolar indígena: relato de experiência em
uma aldeia no município de Viamão-RS

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação apresentado ao Departamento
de Geografia da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciado
em Geografia. Orientador: Prof. Dr. Nestor
André Kaercher

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Gomes, Juliana dos Santos
A Geografia no espaço escolar indígena: relato de
experiência em uma aldeia no município de Viamão-RS /
Juliana dos Santos Gomes. -- 2020.
37 f.
Orientador: Nestor André Kaercher.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Licenciatura em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Escola Indígena. 2. Ensino . 3. Geografia. I.
Kaercher, Nestor André, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A minha família pelo incentivo e apoio.

Ao Professor Nestor André Kaercher, pela orientação e pela paciência.

À Professora Dr^a Roselane Zordan Costella pela gentileza e por suas excelentes sugestões.

À Professora Dr^a Denise Wildner Theves pelas palavras de carinho e pelas sugestões maravilhosas.

A todos os professores, alunos e membros da comunidade que fazem parte da Escola Karaí Nhe'e Katu, que me acolheram com carinho e contribuíram para a realização deste trabalho. E também a todos que fazem parte da Escola Erico Veríssimo e da Escola Francisco Canquerini.

A todos os professores e colegas que fizeram parte da minha caminhada acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho é parte integrante da formação no curso de Licenciatura em Geografia. Traz um relato de experiência vivenciado como professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em três escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul, com ênfase na escola indígena, situada no interior do município de Viamão. Para a elaboração deste material, fez-se necessário conhecer as bases legais que orientam a educação escolar indígena, considerando a Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases - 9394/96, que trouxeram em seu texto as garantias legais para uma escola diferenciada para as comunidades indígenas. O objetivo prioritário deste trabalho é relatar o período de experiência docente vivido em uma escola indígena Guarani, auxiliada por autores que produziram materiais e conhecimentos sobre essa temática, sendo Bergamaschi (2008) e Martins (2013) fundamentais. Como resultado do trabalho destaca-se a efetiva vontade e luta desta comunidade pela educação escolar dentro da aldeia com uma escola que contemple a educação diferenciada nas aldeias indígenas e a busca pela compreensão da cultura não-indígena e inserção no mercado de trabalho. Também é importante destacar que a troca de saberes com a comunidade e entre os professores faz-se necessária para avançar no diálogo da cultura Guarani com o que é ensinado na escola.

Palavras chave: Escola Indígena; Ensino; Geografia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO:	7
APRESENTAÇÃO: UM POUCO SOBRE MIM E MEU CAMINHO ATÉ A GEOGRAFIA	7
2 OBJETIVOS	11
3 JUSTIFICATIVA	12
4 TRABALHO COMO DOCENTE	13
5. EXPERIÊNCIA COMO DOCENTE: DIFERENTES VIVÊNCIAS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL	15
6. ESCOLA INDÍGENA GUARANI	20
7. LEGISLAÇÃO: GARANTIAS LEGAIS PARA UMA ESCOLA DIFERENCIADA.....	26
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
9. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	34
ANEXOS	35

1. INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO: UM POUCO SOBRE MIM E MEU CAMINHO ATÉ A GEOGRAFIA

Venho através deste relato lhe apresentar certas impressões, algumas muito pessoais, outras nem tanto, sobre mim.

Eu, Juliana, sou natural de Palmares do Sul uma pequena cidade do estado do Rio Grande do Sul, emancipada em 1982, localizada entre os municípios de Capivari do Sul e Mostardas. Conforme dados do IBGE, a população, estimada em 2019, não chega a doze mil habitantes, e destes cerca de nove mil residem no núcleo urbano do município. Meus pais se mudaram para Viamão, município da região metropolitana de Porto Alegre, e essa cidade se tornou meu lar desde então. Moro atualmente em Capão da Porteira, distrito de Viamão, que fica a 60 km de Porto Alegre

Começo lembrando de coisas marcantes na minha infância. Lembro que, mais ou menos, aos 5 anos de idade, uma árvore, mais precisamente uma goiabeira, foi meu parque de diversões e por muitos anos, até muito pouco tempo atrás ela ainda estava de pé, mas infelizmente foi cortada, uma garagem precisou ser construída. Ela ficava no pátio da minha tia, minha mãe e minha tia trabalhavam juntas, são costureiras, de “mãos-cheias”, como se diz popularmente. Passei muito tempo brincando ao ar livre, e adorava isso, poucos amigos me cercavam, não havia muitas crianças da minha idade na minha rua, todas eram bem mais velhas. Minha prima frequentemente nos visitava, e nossa brincadeira favorita era subir na árvore e brincar ao seu redor. Novos amigos só apareceram na escola, e nos mantivemos juntos até a formatura, uma turma interessante. Sempre gostei da escola, acho que decidi ser professora porque sempre me senti bem naquele lugar. Hoje sei que nem todas as escolas são legais, mas é um desafio torná-las um espaço transformador e acolhedor.

Atualmente, como falei, sou professora de crianças. Encontrei muitos desafios ao longo dos meus 10 anos de magistério e ainda tenho muitos

desafios, mas adoro os pequenos, são os mais sinceros de todos os alunos. Quando crescem, parece que perdem esse encanto. E me parece que isso acontece por um rompimento dos laços de afetividade entre professor e aluno.

Enquanto crianças possuem um instinto de autenticidade, ou seja, de se manifestarem como são, e externam isso com facilidade, seja na fala, no jeito de brincar e de se relacionar. E levando em conta as relações dentro da sala de aula, a criança muitas vezes espera que o professor seja mais que um mediador na busca pelo conhecimento. Ele representa para a criança uma referência de segurança, de afeto e respeito. É a ele que recorrem para solucionar suas dificuldades, contar seus feitos e esta relação de confiança que será capaz de levar para sala de aula as soluções para suas vivências e descobertas.

Estou cursando graduação em Geografia e não sei ao certo se deixarei “meus pequenos” alunos, para lecionar com alunos do ensino fundamental final e médio, mas tenho tido muitas ideias para integrar a Geografia nas aulas do ensino fundamental inicial.

Digo que não sei porque estou há muito tempo trabalhando com crianças e tem sido muito gratificante essa experiência, e claro há a dinâmica de trabalho que é muito diferente. Nos Anos Iniciais o professor é unidocente, assim trabalha com uma única turma por turno e com os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio o número de turma é muito expressivo e o trabalho é muito maior, muitas vezes o professor precisa se deslocar durante a semana para duas ou até mais escolas para cumprir a carga horária de seu componente curricular.

A Geografia entrou na minha vida nas aulas que tive ainda no Ensino Fundamental. Meu professor era fantástico, apresentou-me um mundo diferente do que imaginava, as aulas de Geografia transcenderam os livros didáticos e os mapas na parede. Os assuntos começaram a tomar forma e fazer parte do mundo onde eu estava inserida. Nas aulas do professor Zeca, entendi que minhas ações afetam o meio, as pessoas transformam o mundo onde vivem e são partes fundamentais do espaço que ocupam.

Um ponto, que hoje, eu imagino foi fundamental, a percepção dele sobre meu interesse, o que facilitou minha aproximação com o Geografia, a relação de afetividade e confiança foi a grande vantagem para estimular a minha vontade de aprender nas aulas de Geografia, sem contar que lembro de aulas diferentes, tínhamos debates, círculos de leitura, filmes e avaliações (não muito convencionais) onde fazíamos prova em dupla, debates, trabalhos em grupo e eram formas que os demais professores não utilizavam. Lembro com carinho desse período da minha trajetória escolar. Procuro desenvolver este legado com meus alunos, independentemente do ano.

Já no Ensino Médio as aulas de Geografia formaram uma lacuna, passaram em branco... não lembro direito, mas a turma ficou muito tempo sem professor. No último ano o professor de história foi responsável pelas aulas de geografia, mas nada ficou marcado na lembrança. Ensino Fundamental e Médio estudei em escola pública e embora em escolas diferentes, lembro de em ambas ter boas aulas e bons professores.

Já na Universidade, a Geografia me fez pensar e ver as paisagens, o mundo ao meu redor de forma diferente, mais integrada e conectada com tudo e todos.

Efetivamente em sala de aula o que a Universidade me apresentou pude aplicar nos estágios, mas confesso que apenas o conhecimento adquirido no processo de formação não foi suficiente. A prática docente se mostrou exigente de habilidades pedagógicas que acredito, apenas a prática em sala de aula possa nos ensinar. Não basta apenas saber bem o conteúdo, mas relacioná-lo com a realidade do aluno, que muitas vezes você não conhece. Conseguir a atenção desse aluno, muitas vezes desmotivado e com nenhuma vontade de estar na sala de aula é um desafio enorme. Criar um vínculo de respeito e afetividade e despertar o interesse desse aluno é o que vai levar a uma aula leve e motivadora. Isso me mostrou a grande complexidade que existe entre a mediação do conhecimento e a prática de sala de aula. O professor pode ser um simples reprodutor de conteúdos, mas também pode ser um transformador e mediador dos conhecimentos.

Dar uma aula com a bagagem de aprendizado da Universidade pode nos dar a confiança de saber muito... a teoria, ela serve também para aprendermos a realidade em nossa volta e nela sabermos conviver, mas aplicar essa teoria é bem difícil, visto a realidade que encontramos nas escolas.

Um exemplo pode ser, a grande divergência entre o conteúdo e a realidade do aluno. Recebemos na Universidade uma bagagem grande de conteúdos e conceitos fundamentais para o curso, mas não recebemos de forma didática como aplicar ou expor esses conceitos de forma efetiva em diferentes realidades. Então de certa forma, usamos como exemplo nossos professores da educação básica e muitas vezes com medo de errar repetimos o ensinar como aprendemos, uma exposição no ensino focado no excesso de conteúdos, com matérias distantes da realidade concreta, onde o professor expõe conceitos para todos ao mesmo tempo e os estudantes são obrigados a decorar para passar nas provas.

Não estou dizendo com isso que a Universidade nos imponha a repetição excessiva e maçante dos conteúdos. Muitas vezes somos cobrados pelas escolas, ou por alguns de seus gestores, nem todas, mas, na minha trajetória como docente, encontrei algumas imposições sobre métodos e conteúdo a serem trabalhados. Mas, me parece claro que boa parte dos professores ainda está apegado ao conteúdo formal, e me incluo neste grupo, não conseguimos, ainda, encontrar as alternativas que nos levem a uma prática transformadora e menos conteudista.

2. OBJETIVOS

- Relatar minha experiência como docente na rede pública, destacando o período e a vivência em uma escola indígena Guarani;
- Analisar o funcionamento de uma escola indígena e sua importância para o povo Guarani;
- Interpretar na legislação vigente, as orientações para a Educação Indígena que garantem a educação escolar diferenciada.

3. JUSTIFICATIVA

O presente trabalho de conclusão tem como seu principal objetivo relatar o período de prática docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul.

A escola indígena ganha destaque, pois foi um grande desafio trabalhar em uma realidade que pouco conhecia. Desta forma pude conhecer melhor a cultura Guarani e convivendo com a comunidade pude entender de fato o que eles esperam da educação escolar. Isso contribuiu de forma significativa para a construção da minha prática docente, me fez perceber a necessidade de trabalhar coletivamente e também fora das paredes da sala de aula. Esta vivência do espaço geográfico na aldeia me fez ter uma visão mais cotidiana da Geografia, percebê-la com sentido real na vida de todos que ocupam aquele espaço.

Também gostaria de registrar que pouco conhecia a respeito da legislação relativa a educação indígena e a busca por essas diretrizes me fizeram compreender a importância da luta desse povo para manter viva sua cultura. Esta precisa ser preservada e ao mesmo tempo esse povo busca ser inserido na cultura não-indígena para ter condições de sobreviver, mas sem perder os laços que os unem com sua cultura. Buscam na escola essa ajuda, e embora a legislação garanta a escola diferenciada em suas aldeias a realidade não é bem essa. Os indígenas têm que se organizarem permanentemente para manterem minimamente as condições de sua escola em funcionamento. As possibilidades de retrocesso do que já se conquistou é permanente.

4. Trabalho como docente

Trabalhei como professora dos anos iniciais, até ano passado, em um lugar muito importante, a Aldeia Indígena Karáí Nhe'e Katu, uma aldeia Guarani, localizada em Viamão e onde funciona uma escola que foi pensada para a comunidade dessa aldeia. A comunidade tem interesse em entender a cultura do "branco", e assim conseguir entrar no mercado de trabalho e voltar trazendo benefícios a comunidade indígena. Para isso a educação nessa escola é conjunta, as crianças são alfabetizadas em ambas as línguas, português e guarani, e todas as disciplinas são ministradas conjuntamente com um professor indígena e um não-indígena. Com isso a comunidade pretende transformar e melhorar a qualidade de vida dos moradores dessa aldeia. Mantendo a sua cultura viva, mas também criando novas oportunidades para os jovens guaranis, que já não conseguem, e nem querem viver da mesma forma que seus antepassados. Essa é a ideia central da escola, o que sua comunidade quer, porém, as batalhas são constantes para manter a escola com a formação atual, pois as instituições que deveriam zelar pela escola têm pensado cada vez mais em cortar gastos e diminuir RH. Como se educação fosse gasto!

Mas voltando a falar das coisas boas da escola, seria impossível falar de apenas uma pessoa importante, ou que chamasse minha atenção neste lugar, todos têm muitas histórias e muito conhecimento a compartilhar, principalmente os mais velhos. Estes têm um papel fundamental na educação Guarani, é através deles que a educação tradicional é transmitida aos mais jovens. *"Oralidade: traço forte da cultura indígena, está presente não apenas na fala, mas na escuta respeitosa e atenta à palavra."* (BERGAMASCHI, 2008 p.136).

Isso é claramente percebido quando os membros da comunidade fazem alguma visita a escola, as crianças direcionam toda a sua atenção para a fala ou recado que será dado. Inclusive os mais velhos que também se comunicam em português, falam com a mesma força e despertam nosso interesse e atenção. Para eles as palavras têm muita força e não devem ser desperdiçadas. É importante dizer que entre os mais velhos nem todos falam em português.

Os mais velhos também não gostam de ensinar ao não-indígena muitas palavras em Guarani, a explicação é que vamos desperdiçar essas palavras, ou usá-las indevidamente. Porém as crianças adoram e se divertem ensinando palavras em Guarani.

A comunidade é incrível, conversando e convivendo com eles pude dar mais valor, a essa cultura, nada como conhecer de perto para melhorar e aprimorar nosso entendimento, foi uma oportunidade única e surpreendente, onde aprendi mais que ensinei e também pude perceber e ver que é possível construirmos um ensino multicultural, onde todos são valorizados e respeitados.

5. Experiência como docente: Diferentes vivências em escolas da Rede Pública Estadual

No início de 2009, aceitei um contrato, ou seja, passei a trabalhar como professora alfabetizadora em uma escola de Viamão, mas sem vínculo efetivo com a Secretaria de Educação do Estado. A escola Estadual Érico Veríssimo, contempla apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental, e comecei a trabalhar com o primeiro ano no turno da manhã e com o terceiro ano, no turno da tarde. Um desafio diário era chegar até a escola, precisava pegar dois ônibus e a rua da escola em dias de chuva parecia um rio, as crianças tinham acesso a um pátio cheio de buracos, lamacento e salas de aula muito precárias, com poucas janelas, classes e quadro em péssimo estado. Essa não é apenas a realidade dessa escola, infelizmente, é a realidade da maioria das escolas públicas.

Imagem 1: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ÉRICO VERÍSSIMO



Fonte: E.E.E.F. Érico Veríssimo (Facebook da escola), 2017.

Sempre tive uma visão muito positiva da escola. Estudei em apenas duas escolas e ambas da Rede Estadual, e embora os materiais e espaços físicos merecessem melhorias, nunca percebi ou senti faltar alguma coisa. Meus professores sempre foram atenciosos e dedicados, talvez isso tenha preenchido a minha vida escolar a ponto de não dar tanta importância ao que faltava de material na escola. Mas, agora estando do outro lado, é quase

impensável saber que crianças são “depositadas” na escola, apenas isso. Colocadas em salas com poucas janelas, sem ventilação, com cadeiras e classes enferrujadas e quebradas, quadro que mal se consegue escrever, pois está o material está deteriorado, sem contar a falta de material didático como livros e cópias a serem distribuídas aos alunos. Essa escola me apresentou uma realidade que não conhecia, ou que nunca percebi como estudante, mas que agora preciso ajudar a transformar.

Na turma do 1º ano do Fundamental I, tínhamos 32 alunos, um número muito alto para um profissional de educação alfabetizar, mas a primeira etapa do meu trabalho foi construir uma relação de confiança com as crianças. Comecei com atividades lúdicas que favorecessem o entrosamento e facilitassem a nossa rotina de sala de aula. Acredito que isso facilitou minha interação com as crianças e colaborou muito para que o processo de alfabetização se desenvolvesse bem. Pois o período de alfabetização necessita ser uma experiência agradável, com liberdade e interação de quem dela faz parte. Como professora procurei estar atenta a fase que meus alunos estavam passando, pois são crianças que chegam a escola para aprender a ler e escrever. São crianças com histórias e desenvolvimentos diferentes e utilizar o lúdico como auxílio metodológico mostrou-se eficiente e necessário para tornar o processo de alfabetização menos repetitivo e mecânico, apresentando aos alunos experiências de socialização, leitura e escrita, confiança na professora e uma relação de afetividade, fundamental nessa fase do desenvolvimento da criança.

Nos anos iniciais principalmente, o professor incentiva na criança um sentimento de carinho e afeto. A construção dessa relação contribui e muito para as transformações de ordem física, cognitiva, afetiva e social. Essa etapa construída com muito afeto parece fundamental para toda a trajetória, não só escolar, da criança. Essa relação de carinho e confiança contribui de forma favorável aos alunos, pois desperta um maior interesse na hora do aprender.

Dessa forma consegui chegar ao final do ano letivo com 90% dos meus alunos lendo e escrevendo com a fluência adequada ao primeiro ano dos anos iniciais.

A turma do 3º ano, com a qual trabalhava no turno da tarde, era barulhenta, gostavam de conversar e não apenas entre eles, mas queriam compartilhar comigo tudo que faziam, o que gostavam e eu ao demonstrar que queria ouvi-los incentivei essa turma a falar cada vez mais... em sala de aula eram falantes, mas no recreio eram muito indisciplinados, brigas eram frequentes, muitas destas brigas aconteciam por uma simples divergência numa brincadeira, ou por liderança nas brincadeiras do recreio. Apesar do barulho ser muito na hora da aula, as crianças também pediam muito para ir ao banheiro e tomar água. Às vezes agrediam verbalmente e fisicamente aos colegas. Além da indisciplinada, ausência da relação família não só na vida escolar das crianças, as dificuldades de aprendizagem, tornavam o trabalho na sala de aula, ainda mais complicado e desafiador.

Na turma havia alunos que demonstravam dificuldades no processo de aprendizagem, alguns não estavam alfabetizados e outros foi necessário pesquisar a fundo para descobrir suas dificuldades. Com a ajuda dos demais professores e dos próprios alunos consegui um suporte para possíveis soluções. Com o passar dos dias tudo que acontecia naquela sala de aula foi me motivando a buscar informações que contribuíssem para ir adiante e superar os desafios que se apresentavam, e assim meu objetivo não foi apenas a vontade de fazer algo melhor, mas fazer algo para mudar, contribuir na melhor aprendizagem daqueles alunos que necessitavam de apoio, atenção, carinho e limites. Acredito que a educação deve desenvolver no aluno sobretudo o interesse na vida coletiva e que cada um compreenda e assuma o compromisso de buscar ações que contribuam positivamente para vida social.

Foi gratificante esta experiência, ao final do ano letivo. Senti que, consegui colocando a teoria em prática, transformar aspectos negativos vistos na sala de aula em aspectos positivos. A relação de afetividade construída com os alunos foi o motivo das conquistas alcançadas, maior interesse nas aulas, fluência na leitura, maior diálogo, dedicação nas tarefas fizeram uma grande diferença na turma.

No ano de 2010 a Escola Estadual de Ensino Médio Francisco Canquerini me convidou para fazer parte do seu corpo docente. Uma de suas professoras se aposentou e eu assumi suas turmas, um terceiro e um quarto

ano do Ensino Fundamental I. A escola fica próxima à minha casa e facilitaria muito meu deslocamento, evitando longas horas de ônibus e a despesa com as passagens. Desde então sempre trabalhei nesta escola em pelo menos um turno.

Imagem 2: E.E.E.M. FRANCISCO CANQUERINI.



Fonte: E.E.E.M. Francisco Canquerini (Facebook da escola), 2017.

Fui efetivada no Estado em 2015, nesse ano em um dos turnos das minhas 40 horas semanais comecei a trabalhar na escola indígena Karaí Nhe'e Katu. A escola tem apenas o Ensino Fundamental e está situada dentro da aldeia Guarani e o Ensino Médio é vinculado a Escola Francisco Canquerini. O Ensino Médio foi uma solicitação dos alunos, e em 2006, por uma demanda da comunidade indígena Guarani, foi efetivado um acordo junto ao Ministério Público Estadual, no qual garante aos alunos indígenas o direito de estudar em turmas separadas dos alunos "brancos". Sendo assim, a escola indígena de Ensino Fundamental cede uma sala para o Ensino Médio. Por esse motivo as turmas do Ensino Médio pertencem a uma escola e funcionam em outra.

Meu primeiro contato com a escola indígena aconteceu bem antes de começar a trabalhar lá. Colegas que trabalhavam também na escola indígena sempre comentavam como era motivadora e transformadora a relação com alunos e comunidade. Comprovei isso, ao aceitar o convite e ir trabalhar na aldeia. O modo como vemos a cultura indígena muda, passei a entender e compreender seu modo de vida e a sem dúvida a respeitá-los muito mais.

Mas antes de ir definitivamente trabalhar na escola tive a oportunidade de levar uma turma de alunos para conhecer a aldeia e interagir com eles. Foi uma tarde de muito aprendizado... os alunos relataram que a mesmo tendo o entendimento de respeito a diversidade e a compreensão da valorização da cultura indígena, também passaram a entendê-los melhor. Uma das minhas alunas comentou: “eles não têm brinquedos, mas se divertem muito. ” A sensação de liberdade de andar pela aldeia, brincar com várias crianças, por muito tempo, subir em árvores encantou meus alunos, pois parte deles só brincam coletivamente na escola, tem horários e ambientes limitados sem contato com a natureza, então a tarde na aldeia Guarani foi para eles uma grande festa e um grande aprendizado!

Ao surgir uma vaga, fui convidada pela diretora a ir conhecer o trabalho na escola e aceitei o desafio de trabalhar na escola indígena com uma turma de 4º ano. Grande desafio, já que nunca fui de nenhuma forma preparada pela Universidade ou qualquer outro curso de formação que fiz a trabalhar com essa realidade.

Alguns dias antes de começar efetivamente a dar aula, fui a aldeia a convite do Cacique para conhecer melhor a comunidade e meus futuros alunos. Nos encontramos na escola e de lá saímos em caminhada pela aldeia, rapidamente já estávamos com muitas crianças em nossa volta, são muito curiosas e só conversam entre si e com o Cacique em Guarani. As menores, que ainda não frequentam a escola, não compreendem o Português, se comunicavam comigo através de gestos e com ajuda dos maiores. São também muito afetivos, em pouco tempo já estavam bem à vontade, segurando minhas mãos, andando abraçados comigo, convidando para mostrar seus pais e os lugares onde brincam normalmente.

E assim fui apresentada a alguns membros da comunidade, os pais e os alunos, também professores indígenas que dividem a sala com os professores não-indígenas. A escola é bilíngue, então nos anos iniciais a atuação de dois professores acontece conjuntamente.

Na época eram quatro os professores indígenas que trabalhavam na escola e moravam na aldeia.

6. Escola Indígena Guarani

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Karai Nhe'e Katu está situada dentro de uma aldeia indígena Guarani, no interior do município de Viamão.

Imagem 3: E.E.E.F.I. Karai Nhe'e Katu



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

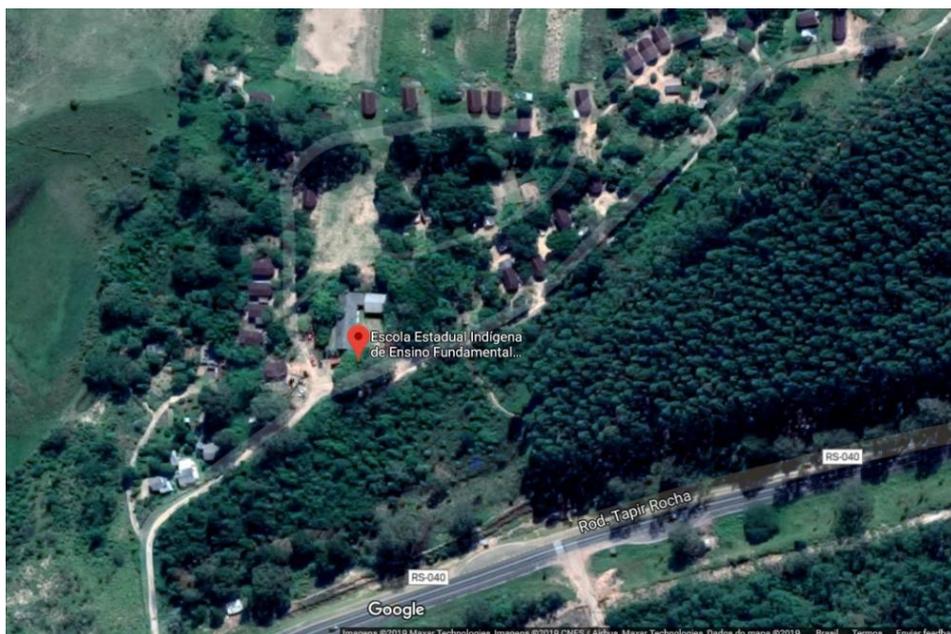
Imagem 3: E.E.E.F.I. Karai Nhe'e Katu

Crianças brincando no pátio da escola.



Fonte: Acervo pessoal, 2016.

Imagem 4: Aldeia Indígena Guarani e Escola.



Fonte: Google Maps.

A aldeia conta com posto de saúde e a escola, que estão localizados já entrada da aldeia. A comunidade vive no entorno, onde trinta casas, na maioria de madeira, foram construídas pela FUNAI, através de uma reivindicação dos Guaranis junto ao Ministério Público do Estado.

Imagem 5: Modelo das moradias da Aldeia Guarani.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

A comunidade é formada por cerca de trinta famílias, a escola foi uma conquista da comunidade, que por viver em uma área rural muito limitada não consegue sobreviver apenas da agricultura e artesanato. A escola foi uma demanda da comunidade para se “apropriar” da cultura do não-indígena e com isso ingressar no mercado de trabalho e assim contribuir com a comunidade da melhor maneira possível, sem abdicar da cultura e sabedoria Guarani.

A escola conta com 71 alunos, desde o Fundamental I até o Ensino Médio, este é ministrado na escola indígena, mas como já foi dito, faz parte de outra instituição estadual.

A chegada dos alunos no turno da manhã é cedo, muitas vezes antes da sete, eles vêm para o café da manhã na escola, chegam aos poucos, sentam-se entorno da mesa do refeitório, que fica em uma área aberta, meninas de um lado, meninos do outro. Saboreiam o café com muita vontade e saem, alguns ficam no pátio da escola, à espera do início da aula, outros voltam até suas casas e retornam no horário da aula.

Iniciei meu trabalho com uma turma de 4^o ano, com sete alunos. A professora Reni dividia a sala comigo, metade do turno ela utilizava para realização de atividades da cultura Guarani com os alunos e eu a auxiliava. A outra metade da aula eu desenvolvia com os alunos as atividades e ela me auxiliava.

Os professores Guaranis, em suas aulas, falam quase que exclusivamente em sua língua materna. Relatam que reconhecem a “Opy” é a principal fonte de saber e os anciões suas bibliotecas, pois são eles que armazenam as memórias e possuem os saberes de seus ancestrais. Com eles está a responsabilidade de transmissão desses conhecimentos aos mais jovens.

Para eles é importante trabalhar em conjunto, a educação indígena é um trabalho coletivo, mas sem perder a especificidade. Para os Guaranis a educação e religião estão sempre ligadas. Na “Opy” acontecem os mais importantes ensinamentos e onde são socializados, sejam através de danças, orações e rituais que envolvem sempre os membros da aldeia e assim ajudam a manter viva a cultura e a identidade Guarani. Sobre isso Martins diz (2013, p.279)

A educação Guarani tem na “Opy” a sua referência maior. Os conhecimentos transmitidos pelos “Karai” ensinam o modo de viver com o grupo de fora. [...] Os conhecimentos tradicionais da “Opy” dizem respeito apenas aos Guaranis, por isso não gostam que sejam divulgados, pois o “juruá” não tem a mesma formação espiritual e os mesmos valores. A educação tradicional sai de dentro de casa (“Opy”), por isso tem que preservar, não ficar mostrando.

É por isso que os Guaranis não gostam de ensinar sua língua materna e seus conhecimentos aos não indígenas. Tão pouco que frequentem a casa de rezas, salvo em ocasiões muito especiais.

Deste modo os Guaranis consideram a escola como uma segunda “Opy”, onde seus ensinamentos vão continuar sendo passados a novas gerações. Por isso lutam para preservar o direito ao ensino diferenciado, que valorize os saberes Guaranis.

No ano seguinte trabalhei com uma turma de 2º e 3º ano, com cinco alunos. O professor que dividia a sala comigo, era o Cacique, professor Gildo.

O trabalho em ambas as turmas foi desafiador, mas o 2º e 3º ano me exigiu extrema dedicação. Trabalhar com uma turma multisseriada, sem promover a seriação foi desafio diário.

Nesta sala haviam alunos em processo de alfabetização e outros em que esse processo já estava mais avançado, ou seja, diferentes níveis dentro de uma turma de 2º e 3º anos. O facilitador neste processo de alfabetização e construção do conhecimento foi o baixo número de alunos. Assim, atividades com um mesmo tema, mas com nível de dificuldade diferentes foi possível. A coletividade mostrou-se importante no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

O povo Guarani toma suas decisões coletivamente, as crianças de diferentes idades brincam juntas sem problemas e integração é importante e não é diferente na sala de aula. É difícil, na aldeia, encontrar um ambiente sem mistura de crianças, jovens e adultos.

Trabalhar em uma escola diferenciada promove uma troca muito gratificante e enriquecedora, pois esta aproveita a contribuição e a experiência de cada aluno. Lição muito importante ensinada pelos Guaranis, todos têm algo a dizer, e a oralidade para eles é muito importante, são atentos e não desperdiçam as palavras. Sendo assim, sempre ouvem com muita atenção a todos.

Ao deparar-me com essa realidade, uma sala com diferentes seriações, tentei seguir o exemplo de outros professores que já trabalhavam nessa escola, dividir os alunos por série/ano e desenvolver tarefas separadamente, dentro da mesma sala. Em pouco tempo essa “divisão” se mostrou frustrante e pouco produtiva, para mim e para os alunos. Desenvolver um tema com uma parte da sala e outro com a outra parte era impossível, eles se envolviam nos temas e assuntos de ambas as séries/anos. E aprendi que se não participassem era porque aquilo não era importante ou interessante para eles. Então entendi que trabalhar coletivamente, respeitando o tempo de cada um, alternando os assuntos foi uma forma mais justa de desenvolver as habilidades necessárias para cada etapa no ensino. Além do mais não necessariamente o que é relevante no “mundo do branco” é relevante no mundo indígena. Isso nos permite refletir sobre a construção da Geografia vivenciada pelos indígenas nas suas relações espaciais cotidianas, onde identificamos o uso do espaço e do tempo sobre um olhar da sua própria vivência.

É nesse momento que temos que lembrar que a escola é diferenciada, então, não só o que trabalhamos em sala de aula deve estar conectado com a realidade do estudante, mas também deve ser relevante para que este possa enfrentar o “mundo dos brancos”.

Na comunidade indígena a escola não é a única responsável pela educação. Para os Guaranis, a educação não se separa das demais práticas sociais e não fica restrita à casa onde moram, à casa de rezas e tampouco aos conhecimentos adquiridos nas escolas. Os mais velhos são muito respeitados pelo que transmitem, principalmente de forma oral, e são sempre consultados por todos que fazem parte da comunidade. Para o povo Guarani, os anciões são profundamente respeitados, pois têm a missão de passar seus ensinamentos aos mais jovens. O respeito é uma atitude muito praticada por esse povo.

Os mais jovens, aprendem muito com a observação, são ensinados desde muito pequenos a serem assim, curiosos e observadores. Então, seguir a curiosidade natural deste povo e usá-la para desenvolver novos conhecimentos escolares mostrou-se muito útil e produtivo. Respeitar o tempo de cada um, mais atividades ao ar livre, priorizando uma organização de aulas na forma de unidades que poderiam contemplar todos os alunos explorando temas sem um vínculo formal com as séries, facilitando o trabalho em uma classe com diferentes seriações.

Falando especificamente dos anos iniciais, trabalho com leitura mostrou-se importante e significativo. Um único material de leitura poderia ser utilizado na turma e com ele diferentes propostas podem ser desenvolvidas, conforme a etapa de aprendizagem em cada grupo de alunos estava. Separação silábica, identificação de substantivos, adjetivos, pontuação e interpretação que se mostrou muito produtiva quando realizada através de desenhos. Os Guaranis gostam de desenhar, então gostavam de desenhar o que compreendiam sobre as leituras realizadas em aula.

Os indígenas têm como hábito, que contribui com a manutenção de sua cultura, sentar-se à beira de uma fogueira ou um simples fogo de chão, isso porque são acostumados a, desde pequenos, desta forma ouvirem os

ensinamentos dos mais velhos. Na aldeia muitas decisões importantes são tomadas ao redor de uma fogueira. Então o simples fato de levar os alunos para fora da sala de aula, trabalhar em círculos ou pequenos grupos, ao ar livre ou embaixo de uma árvore já acrescentava muito prazer e interesse nas aulas. Para os alunos e também para a comunidade é muito natural o cheiro da fumaça e a convivência com pessoas falando em Guarani e em português. É assim que o processo de escolarização vai acontecendo, respeitando o ritmo de cada um e com tranquilidade.

Com isso, a qualidade das aulas e própria interação com os alunos foi favorecida, maior rendimento escolar foi comprovado, mas estranhamente, por mais que conste na legislação que a educação escolar indígena pode e deve ser diferenciada, somos cobrados pelos órgãos públicos estaduais a cumprir rígidos e repetitivos mecanismos de registros de aulas e conteúdos a serem desenvolvidos ao longo do ano de acordo com a série/ano.

7. Legislação: garantias legais para uma escola diferenciada

No que diz respeito a legislação Federal, ela garante e concede os direitos e deveres, mas principalmente o direito a um ensino diferenciado, voltado para as práticas culturais destes povos.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 210, parágrafo 2º, reconhece às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e meios e processos próprios de aprendizagem:

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. (BRASIL, 1988).

Antes disso, a educação escolar indígena servia basicamente aos interesses de instituições pensadas a partir dos povos colonizadores. A

conquista de uma educação escolar diferenciada é resultado de muitas mobilizações e do empenho na busca por direitos e por cidadania.

Foi com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (BRASIL,1996), que os princípios estabelecidos na Constituição Federal foram detalhados:

*Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.
(...)*

*§ 3º. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
(...)*

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Art. 79. A união apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º. Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º. Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos planos nacionais de educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido é garantido por lei o direito e incentivo a escola diferenciada. Incluindo material didático específico para a escola indígena. Mas essa não é a realidade encontrada na escola situada na Aldeia Indígena em Viamão. O material diferenciado presente e utilizado é criado pelos próprios professores e a garantia de ensino bilíngue só está sendo mantida devido a persistência da comunidade junto ao Ministério Público de fazer valer esse direito. O material distribuído pelo MEC é o mesmo de toda a Rede Estadual e embora possam ser escolhidos, os livros didáticos não contemplam as especificidades da cultura indígena.

O Conselho Nacional de Educação por meio a Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 (BRASIL, 1999), regulamenta e assegura as Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas. As diretrizes determinam as características que podem ter asseguradas as escolas de educação básica para comunidades indígenas:

Art.2º Constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

I – sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;

II – exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;

III – o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;

IV – a organização escolar própria.

Parágrafo Único. A escola indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa de comunidade interessada, ou com a anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação.

Art. 3º Na organização de escola indígena deverá ser considerada a participação da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como:

I - suas estruturas sociais;

II - suas práticas socioculturais e religiosas;

III - suas formas de produção de conhecimento, processos próprios e métodos de ensino-aprendizagem;

IV - suas atividades econômicas;

V - a necessidade de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas;

Sendo assim, a legislação assegura o direito do povo Guarani de ter uma escola diferenciada e que atenda às necessidades que cada aldeia almeja.

Este conjunto de leis colocou as escolas indígenas como diferenciadas e que buscam atender as demandas de uma educação específica, intercultural e comunitária.

As escolas, que se localizam dentro de aldeias indígenas e com o objetivo de atender esta população, nem sempre são entendidas como diferenciadas, onde atendam às necessidades deste povo. Conforme Bergamaschi (2007b, p.205):

Os Guaranis afirmam que mesmo funcionando em suas aldeias, [a escola] é de “branco”, deixam subentendido que a compreendem como constituída e constituidora de uma outra concepção de mundo, de uma outra ordem, a ordem ocidental.

Isso demonstra que a escola, mesmo ainda não contemplando todas as especificidades da cultura Guarani, está fazendo parte, cada vez mais, da vida

dos indígenas, na busca pelo reconhecimento da sua cultura e na necessidade de novas conquistas.

Segundo Martins (2013, p. 278), *“somente o diálogo com os indígenas e entre os indígenas pode apontar o caminho para uma escola diferenciada e de qualidade”*. Concordo com Martins, nem sempre, como já foi dito antes, o que é relevante no “mundo do branco” é relevante no mundo indígena. Ninguém melhor do que o próprio povo Guarani para decidir o que é fundamental para eles e qual a melhor maneira de alcançar esse objetivo. O diálogo entre órgãos públicos reguladores da educação e a aldeia Guarani deveria ser aberto, franco e com possibilidade de atender prioritariamente a efetiva educação escolar que esse povo espera. Mas, cada vez mais, o povo Guarani encontra entraves e dificuldade de diálogo com os órgãos que regulamentam e gerem a rede pública de educação. Um exemplo, é a constante tentativa de diminuir o número de professores da escola e com isso não ser mais possível o trabalho conjunto de professores no mesmo ano/série, no caso dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

As escolas, construídas dentro de terras indígenas e com o objetivo de atender esta população, nem sempre são entendidas com o objetivo de serem diferenciadas. Conforme Bergamaschi (2007b, p. 205): *Os Guaranis afirmam que mesmo funcionando em suas aldeias, [a escola] é de “branco”, deixam subentendido que a compreendem como constituída e constituidora de uma outra concepção de mundo, de uma outra ordem, a ordem ocidental.*

A autora reitera que: *“são nos pequenos gestos cotidianos, sustentados pelas características de sua educação tradicional – a curiosidade, a observação, a imitação e o respeito, entre outros atributos responsáveis pela confecção da pessoa Guarani –, que se apropriam da escola, tornando-a sua”*. (BERGAMASCHI, 2007b, p.211)

Ações bem pensadas e sejam promovidas levando em conta a relevante contribuição feita por organizações de apoio aos povos indígenas e a mobilização de professores e lideranças indígenas interessadas em uma educação escolar que, efetivamente, contribua para sua autonomia. Assim é necessário identificar a grande variedade de culturas e etnias existentes nesta população.

A comunidade busca, junto aos órgãos gestores da educação, contribuições e políticas públicas que favoreçam a formação continuada e específica de docentes indígenas e não-indígenas para trabalhar em sua escola. Material didático específico que valorize e contribua com interculturalidade presente nas salas de aula. E, claro, melhorias nos ambientes do espaço escolar.

Para Martins (2013, p.288), *pensar em Escola Indígena específica é pensar no respeito, no incentivo à língua materna e no seu uso e o professor é o interlocutor capaz de manter o diálogo. É pensar também no diálogo com os mais velhos, buscando um aporte de conhecimentos que permitam a educação diferenciada.*

É de extrema relevância que se compreenda a diferença entre a educação indígena e a educação escolar indígena. É preciso ter bem claro, como já dito antes, que para o indígena a educação não acontece exclusivamente na escola, pois a educação escola apenas contribui como ferramenta para a busca e conquista de seus direitos.

A comunidade considera a escola um local onde as crianças devem aprender primeiramente o português e os conhecimentos dos “brancos” ou *djuruás* como chamam os não indígenas.

Para a comunidade desta aldeia Guarani, a escola é um espaço onde podem construir os meios e mecanismos de luta pelos seus direitos, de defesa política e também a perspectiva e as oportunidades de trabalho justo e remunerado. Questão linguística também é forte, pois a apropriação do idioma torna a comunicação mais fácil e favorece as relações. Por exemplo, o domínio da língua portuguesa permite que consigam se comunicar quando precisam de auxílio hospitalar, ir a um comércio e demais recursos que procuram nos centros urbanos. A escola também é vista como um suporte para alcançar profissões que possam dar a eles condições de manter sua família e trazer benefícios a aldeia.

Com todas as dificuldades impostas, pelo grande volume burocrático de deveres a serem cumpridos e de tarefas repetitivas cobradas pela Secretaria de Educação, o povo Guarani encontra brechas para transformar a escola

naquilo que realmente desejam, o que demonstra que mesmo a escola não fazendo parte do seu mundo ela está bem inserida nele.

Alguns dos alunos após concluírem o ensino médio ingressaram na Universidade. Há outros que estão formados, alguns estão trabalhando como professores na escola e servem de exemplo e motivação para aqueles que sonham em melhorar a qualidade de vida na aldeia.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar a vivência como docente em uma escola indígena mostrou-se a valorização do espaço escolar para os indígenas, visto que a legislação garante a educação indígena diferenciada e que deve atender às necessidades específicas da aldeia. Nesta escola nem todas as questões culturais são atendidas, seja pela dificuldade de recursos didáticos específicos e a inexistência de profissionais com formação para esta modalidade de educação.

Importante destacar a contribuição significativa, deste trabalho para minha identidade docente, mostrando principalmente que o respeito ao tempo de cada um e a abordagem das aulas dialogadas e construídas junto aos alunos nos oferece melhores resultados, mais justos e significativos para todos. A legislação me apresentou o amparo legal, visto que garante o direito a uma escola diferenciada, onde podemos nos dedicar com maior naturalidade as especificidades que atendam a educação esperada pela escola indígena.

A vivência na escola e na aldeia me apresentou uma nova cultura que proporcionou uma mudança na minha visão de mundo, onde percebi que o tempo para que cada situação se resolva precisa ser respeitado e que naturalmente, podemos alcançar nossos objetivos, respeitando o tempo de cada um. Isso foi demonstrado pela forma como os indígenas se apropriam do tempo e do espaço onde vivem, desenvolvendo uma relação de respeito com o ambiente e pela maneira como compreendem e o que esperam da educação escolar. O fato de trabalhar com turmas multisseriadas me fez perceber que é preciso desenvolver a capacidade de mudar, de transformar, de se adaptar a uma diferente realidade sem perder o foco no objetivo de ensinar e transformar.

9. Referencial Bibliográfico

IBGE

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/palmares-do-sul/panorama>
(Acesso em 23/04/2020).

BERGAMASCHI, M. A. Nhembo"e – Educação escolar nas aldeias Guarani. **Educação**, Porto Alegre/RS, v. 30, n. 1 (61), p. 109-132, jan./abr. 2007a.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/542/378>>. (Acesso em 20/07/2020)

BERGAMASCHI, M. A. Educação escolar indígena: Um modo próprio de recriar a escola nas aldeias Guarani. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 197-213, maio/ago 2007b. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. (Acesso em: 20/07/2020)

BERGAMASCHI, M. A; SILVA, R. H. D. Educação escolar indígena no Brasil: das escolas para os índios às escolas indígenas. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 124-150, 2008. Disponível em:

<http://www.ceap.org.br/downloads/pdf/art_bergamaschi_silva.pdf>. (Acesso em: 20/07/2020)

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. (Acesso em 03 nov. 2020)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional>>. (Acesso em: 02 nov. 2020)

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. **Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas Indígenas**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf>>. (Acesso em: 08/09/2020)

MARTINS, A. M. D. Narrativas: uma inspiração metodológica para as escolas Guarani. p 277-290. In: BENVENUTI, J.; BERGAMASCHI, M. A.; MARQUES, T. B. I. (orgs). **A Educação Indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

ANEXOS



Turma do 2º e 3º ano, Anos iniciais.
Fonte: Acervo pessoal, 2016.



Recreio.
Fonte: acervo pessoal, 2016.



Atividade ao ar livre, produção de mudas para a horta.
Fonte: Acervo pessoal, 2016.